

# REGULAMENTO DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE A APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO EM 2005

## RECOMENDAÇÃO PARA ORIENTAÇÃO ADICIONAL SOBRE A TRANSIÇÃO PARA AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

Dezembro de 2003

**Nota prévia da CMVM:** O presente texto é uma tradução do documento *“European Regulation on the Application of IFRS in 2005 – Recommendation for additional Guidance regarding the transition to IFRS”*, elaborado pelo Comité Europeu dos Reguladores de Valores Mobiliários (CESR).

O documento pode ser consultado em inglês no sítio do CESR ([www.europefesco.org](http://www.europefesco.org)), com a referência CESR/03-323e. A fundamentação para esta recomendação pode ser consultada no mesmo sítio, com a referência CESR/03-490b.

Os termos “IAS”, “IFRS”, “*Internacional Accounting Standard*” e “*Internacional Financial Reporting Standard*” devem ser entendidos no contexto da presente tradução como sinónimos da expressão portuguesa “Norma Internacional de Contabilidade” ou “Norma Internacional de Relato Financeiro”.

A presente recomendação deve ser entendida como complementar e não substitui os deveres estabelecidos na legislação aplicável nacional, nomeadamente o normativo contabilístico e os deveres de informação estabelecidos para os mercados de valores mobiliários.

### Introdução

Esta Recomendação contém várias propostas com as quais as sociedades cotadas são encorajadas a prestar aos mercados informação apropriada e útil durante a fase de transição das normas de contabilidade locais para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Estas recomendações referem-se essencialmente a:

- Que tipo de informação pode ser publicada de forma útil antes do ano de transição, face à mudança para a estrutura conceptual das IFRS.
- A estrutura conceptual contabilística a ser utilizada pelos emitentes quando a informação financeira intercalar for publicada durante o exercício económico com início em ou após 1 de Janeiro de 2005.
- Como conseguir comparabilidade de informação publicada para o ano de 2005 com períodos anteriores.

A versão preliminar da recomendação foi preparada pelo comité permanente do CESR para a área de relato financeiro, CESR-FIN. O CESR-FIN foi presidido até Novembro de 2003 por Henrik Bjerre-Nielsen, Director-Geral da Autoridade Dinamarquesa de Supervisão Financeira, e desde então por John Tiner, *Chief*

*Executive Officer* da Autoridade dos Serviços Financeiros no Reino Unido. O projecto desta recomendação foi especificamente acompanhado pelo Sub-Comité do CESR-FIN para a Aprovação (*Endorsement* no original) das Normas Internacionais, o SISE. O SISE é presidido por Philippe Danjou, *Chief Accountant* da Autoridade Francesa dos Mercados Financeiros.

A presente recomendação foi divulgada inicialmente em 7 de Outubro de 2003 para consulta pública. O período de comentários terminou em 20 de Novembro de 2003, após uma audiência pública realizada nas instalações do CESR em Paris a 12 de Novembro de 2003.

Durante o período de consulta, foram enviadas 54 cartas por várias organizações. Todos os comentários foram publicados no sítio do CESR.

Uma declaração de *feedback* foi publicada conjuntamente com o presente texto final da recomendação, explicando a posição do CESR sobre os principais comentários das respostas na consulta pública. A presente recomendação deve ser lida no contexto dessa declaração de *feedback*.

## Contexto da Recomendação

§1. Em cumprimento do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/2002 relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade adoptado em 19 de Julho de 2002<sup>1</sup>, em cada ano económico com início em ou após 1 de Janeiro de 2005, as sociedades governadas pela lei de um Estado-Membro deverão preparar as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao nível europeu (IAS ou IFRS aprovadas<sup>2</sup>) se, na data de balanço, tiverem valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado-Membro (artigo 4)<sup>3</sup>.

§2. Aproximadamente 7000 sociedades cotadas, e indirectamente muitas mais subsidiárias consolidadas serão afectadas por este Regulamento. Em Julho de 2003, foi dado um passo importante quando o Comité de Regulamentação Contabilística<sup>4</sup> recomendou que a Comissão Europeia aprovasse todas as IAS e Interpretações existentes a 14 de Setembro de 2002, excepto a IAS32 e a IAS39 e Interpretações relacionadas. Após esta recomendação, a Comissão Europeia aprovou em 29 de Setembro de 2003 um Regulamento aprovando todas as IAS existentes e interpretações relacionadas, com a excepção das IAS 32 e 39 e Interpretações relacionadas.

§3. Atenta a invulgar importância desta mudança completa nos princípios contabilísticos e o seu potencial impacto nos mercados financeiros, o CESR entende que pode ser prestada orientação útil pelos seus Membros quanto à informação financeira a ser publicada pelas sociedades cotadas europeias durante a fase de transição (com início na data de adopção do Regulamento das IAS) de forma a:

- contribuir para a implementação com sucesso deste processo;
- promover a apresentação de informação comparável entre sociedades durante a fase de transição;
- promover uma infra-estrutura tal que a informação publicada seja relevante e tão compreensível quanto possível para os investidores.

---

<sup>1</sup> Publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias em 11 de Setembro de 2002.

<sup>2</sup> As Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) são a nova designação das IAS desde Maio de 2002.

<sup>3</sup> O Artigo 9 do Regulamento estabelece que, *“Em derrogação do disposto no artigo 4º, os Estados-Membros podem estabelecer que os requisitos desse artigo só sejam aplicáveis em cada exercício a partir de 1 de Janeiro de 2007 às sociedades:*

- a) *Cujos títulos de dívida apenas se encontrem admitidos num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro, na acepção do n.º 13 do artigo 1º. Da Directiva 93/22/CEE; ou*
- b) *Cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação pública num Estado não membro e que, para esse efeito, têm vindo a utilizar normas internacionalmente aceites desde um exercício financeiro que começou antes da publicação do presente regulamento no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.”*

<sup>4</sup> Tal como definido no artigo 6º do Regulamento.

Efectivamente, é provável que, antecipando a importância do evento que representa a aplicação obrigatória das IAS/IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2005, muitos investidores e analistas financeiros fiquem impacientes em avaliar o impacto real da transição nas sociedades cotadas. Em datas próximas do ponto de viragem, a informação contabilística será muitas vezes analisada à luz da sua importância futura sob as IAS/IFRS.

§4. Os aspectos discutidos abaixo não são abrangidos pelo Regulamento das IAS mas estão fortemente interligados com a IFRS1 sobre “Adopção pela Primeira Vez” das Normas Internacionais de Relato Financeiro publicada pelo IASB<sup>5</sup> *“que explica como uma entidade deve fazer a transição para as IFRS de outra base contabilística. Mediante a IFRS1, o IASB procurou atender à pretensão dos investidores de terem informação transparente que seja comparável em todos os períodos apresentados, enquanto propiciam às entidades que relatam, um ponto de partida adequado para a sua contabilidade ao abrigo das IFRS (...). Nos termos da IFRS1, as entidades devem explicar como a transição para as normas do IASB afecta a sua posição financeira relatada, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.”*<sup>6</sup>

§5. As recomendações seguintes aplicam-se às situações mais comuns em que as sociedades publicarão informação financeira ao abrigo dos requisitos contabilísticos existentes até ao final de 2004, incluindo as demonstrações financeiras do ano então findo.<sup>7</sup>

§6. O presente documento é claramente uma recomendação dos Membros do CESR para que estes encorajem as sociedades cotadas a adoptar as orientações de divulgação propostas.

§7. Embora cada regulador nacional possa decidir ir mais longe e exigir o cumprimento total ou parcial desta orientação, o CESR entende que uma recomendação é suficiente a este nível para se atingirem dois objectivos. O primeiro objectivo é manter a distinção entre normas estabelecidas por Regulamentos da União Europeia e directivas na área do relato financeiro (particularmente mediante a aprovação das normas do IASB) e as orientações adicionais prestadas pelos membros do CESR. O segundo objectivo é de que a recomendação se mantenha ao nível de princípios cujo alvo primordial é promover a adopção, pelas sociedades cotadas, de políticas de comunicação adequadas durante o processo de transição com flexibilidade suficiente e não criar regras detalhadas de relato, tanto no tempo como no conteúdo desse relato.

---

<sup>5</sup> Norma publicada no seu formato final em 19 de Junho de 2003. Esta norma ainda não foi adoptada pela Comissão Europeia mas o EFRAG já recomendou a sua adopção (carta datada de 25 de Julho de 2003 divulgada no sítio do EFRAG em <http://www.efrag.org>).

<sup>6</sup> Press-release que acompanha a publicação da norma.

<sup>7</sup> Aplica-se uma fundamentação semelhante a sociedades que entrarão na fase de transição em data posterior (por exemplo, 2007). É também aplicável, com adaptações quanto à escolha do momento, a sociedades cujo exercício termine em data diferente de 31 de Dezembro.

§8. Estabelecer antecipadamente orientações adequadas, onde necessário, para práticas de relato financeiro, é uma preocupação constante dos reguladores de valores mobiliários com a função de supervisão da informação financeira prestada pelas sociedades cotadas, e isto leva-os a emitir orientações de relato adicionais às contidas na presente recomendação.

§9. Neste contexto, a recomendação pode ser entendida num sentido amplo como propondo pontos de referência que os emitentes, de acordo com a regulamentação nacional, são convidados a seguir aplicando a orientação tal como ela é, ou explicando porque razões não lhes é possível fazê-lo ou porque escolhem afastar-se da presente orientação.

## **Introdução**

§10. Dado que a data limite de 2005 se aproxima, todas as sociedades afectadas pelo Regulamento deveriam ser encorajadas a afectar recursos suficientes e a preparar-se para esta mudança tão cedo quanto possível, pois é vital que tenham os necessários procedimentos e processos instalados para continuar a cumprir os requisitos de relato sem interrupção. A comunicação aberta durante o processo de transição será um sinal positivo que ajudará os utilizadores das demonstrações financeiras a se aperceberem do impacto potencial da mudança em 2005 nas políticas contabilísticas e proporcionará um testemunho de que este projecto é levado a cabo adequadamente.

§11. A mudança para as IAS/IFRS implica um processo complexo que pode ser acompanhado de forma útil por um esforço especial da comunicação financeira de modo a preparar gradualmente o mercado a avaliar o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas. O CESR identificou quatro momentos diferentes no processo de transição que coincidem com a publicação das demonstrações financeiras anuais de 2003, das demonstrações financeiras anuais de 2004, das demonstrações financeiras intercalares de 2005 e das demonstrações financeiras anuais de 2005.

§12. Os quatro momentos adiante debatidos propiciam uma oportunidade para uma comunicação gradual, continuada e faseada, da transição para as IAS/IFRS. Desta forma, as explicações narrativas recomendadas nos parágrafos seguintes serão actualizadas de forma útil durante todo o período de transição. As actualizações mantêm um nível apropriado de informação para o mercado no que concerne aos planos e grau de concretização do processo de transição e sobre as normas de relato financeiro aplicáveis.

§13. No contexto de uma recomendação, espera-se que os quatro momentos propostos sejam os momentos mais naturais para que o relato da transição tome lugar, mas não se pretende criar datas limite obrigatórias. As sociedades cotadas

podem considerar outras formas de comunicação e momentos quando essas outras formas e momentos propiciem o mesmo nível de informação e cumpram os requisitos nacionais aplicáveis ao relato financeiro.

§14. A informação adicional recomendada, descrita nas secções 1 e 2 seguintes, deve ser disponibilizada de forma acessível e em simultâneo a todos os investidores, e pelos meios de comunicação que, no cumprimento da regulamentação nacional, sejam aceites para esse fim.

§15. O CESR entende que é da responsabilidade do emitente e da sua gestão, atenta a regulamentação e as práticas contabilísticas nacionais, a decisão sobre a necessidade de uma auditoria – ou outra forma de verificação independente – da informação publicada de acordo com a presente recomendação. O CESR recomenda que essa informação refira, de forma clara e inequívoca, se foi auditada ou não (com indicação da amplitude da auditoria).

§16. Note-se que quando se elaborou a presente recomendação, o CESR considerou como ponto de partida o plano de acção e calendário publicado pelo IASB, nos termos do qual uma “plataforma estável” de normas contabilísticas finais estará em vigor a partir de Março de 2004. Desta forma, o CESR irá avaliar os possíveis desenvolvimentos no processo de finalização e aprovação de todas as normas finais de relato financeiro e, conseqüentemente, reserva-se a possibilidade de revisão futura ou de completar a presente recomendação se necessário.

## **1. Publicação das demonstrações financeiras de 2003**

§17. Encorajam-se as sociedades cotadas a descrever os seus planos e grau de concretização da sua mudança para as IAS/IFRS quando publicarem as demonstrações financeiras do ano de 2003. Esta descrição pode abranger as medidas genéricas para abordar os temas operacionais e de controlo, bem como os riscos e incertezas associados à transição na medida que afectem a actividade.

§18. Esta comunicação pode também incluir informação sobre as principais diferenças identificadas à data, entre as suas políticas contabilísticas actuais (GAAP existentes<sup>8</sup>) e aquelas que as sociedades sabem, com um grau suficiente de certeza, que terão que aplicar ao abrigo das IAS/IFRS nas suas demonstrações financeiras de 2005. Nesta fase, a informação pode ser apenas narrativa<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> GAAP: *Generally Accepted Accounting Principles*; princípios contabilísticos geralmente aceites em vigor no Estado-Membro

<sup>9</sup> Se a sociedade dispuser de informação material adicionalmente à informação narrativa cuja divulgação é recomendada no parágrafo 18, deve considerar cuidadosamente a necessidade de prestar essa informação adicional conjuntamente com a informação narrativa, de modo a evitar sinalização falsa ou enganosa ao mercado.

§19. Tal como indicado acima, é importante que, ao considerar a comunicação proposta sobre as principais diferenças entre políticas contabilísticas, as sociedades façam uma análise aprofundada da sua aplicabilidade e da sua implementação das políticas contabilísticas futuras. Consequentemente, recomenda-se que, quando relevante, as explicações sejam acompanhadas por advertências apropriadas quanto à eventual insuficiência da divulgação.

## **2. Publicação das demonstrações financeiras de 2004**

§20. A informação relevante do impacto da nova estrutura conceptual de relato financeiro nas demonstrações anuais de 2004, terá que ser elaborada de forma a cumprir com as disposições da IFRS1 sobre informação comparativa e sobre reconciliação (parágrafo 38 e seguintes da IFRS1) e terá que ser divulgada, o mais tardar, conjuntamente com a comunicação sobre informação financeira de 2005, ou seja, no início de 2006. Todavia, se essa informação estiver disponível em data anterior, o CESR considera que uma divulgação antecipada é consistente com os objectivos acima descritos.

§21. Adicionalmente, a informação sobre o impacto da mudança pode, em determinadas circunstâncias, ser considerada como facto relevante susceptível de afectar as cotações e portanto sujeita às disposições da Directiva 2003/6/CE de 28 de Janeiro de 2003 sobre abuso de informação privilegiada e manipulação de mercado ("abuso de mercado").

§22. Nesta linha de raciocínio, o CESR recomenda que, assim que a sociedade possa quantificar o impacto da mudança para as IAS/IFRS nas suas demonstrações financeiras de 2004 numa forma suficientemente fiável, encoraja-se a divulgação da informação quantificada relevante. Essa divulgação deve ser feita numa forma que não seja enganadora (ou seja, abrangendo todos os possíveis impactos, positivos e negativos).

§23. A necessidade de fiabilidade e relevância indicadas no parágrafo 22 implicam que as sociedades não devem publicar informação quantitativa sobre o impacto da mudança para as IAS/IFRS sem ter realizado um controle de qualidade suficiente e, quando aplicável, testes de auditoria. Para evitar o risco de correcções posteriores à informação quantitativa, é importante que as sociedades se esforcem por identificar o impacto financeiro de todas as alterações materiais introduzidas pelas IAS/IFRS. No entanto, o objectivo de completude não deve ser um motivo para adiar a publicação da informação se os pontos em falta não forem materiais nem relevantes, pois este adiamento pode igualmente implicar comunicação enganadora.

§24. Se a sociedade não estiver em posição de acatar esta recomendação na data de publicação das demonstrações financeiras de 2004, recomenda-se que prossiga a

divulgação na forma narrativa tal como recomendado no parágrafo 17 e seguintes e que explique o motivo pelo qual não está em posição de o fazer.

§25. Quanto à forma e conteúdo da informação quantitativa, o CESR sugere que as sociedades consultem o parágrafo 63<sup>10</sup> do Guia de Implementação da IFRS1<sup>11</sup>, nomeadamente:

- Uma reconciliação do capital próprio à data de transição (por exemplo 1 de Janeiro de 2004) entre o GAAP anteriormente utilizado e as IFRS. Pode assumir o formato de uma tabela a três colunas apresentando um balanço sumário nos termos do GAAP anterior, o efeito da transição para as IFRS e os valores correspondentes nos termos das IFRS. Deve ser acompanhado por uma nota explicativa dos efeitos de cada linha apresentada.
- Uma reconciliação do capital próprio no final do período de relato (por exemplo 31 de Dezembro de 2004) do GAAP anterior para as IFRS no mesmo formato e com o mesmo nível de informação.
- Uma reconciliação da demonstração de resultados do GAAP anterior para as IFRS no mesmo formato e com o mesmo nível de informação.
- Uma explicação dos principais ajustamentos à demonstração de fluxos de caixa.

§26. Se a sociedade pretende apresentar a sua informação intercalar de 2005 em base IAS/IFRS tal como recomendado adiante, é necessário que a informação quantitativa referida acima seja divulgada o mais tardar antes da publicação desse informação intercalar. Esta recomendação resulta da necessidade de existir um ponto de partida claro e válido para a preparação e apresentação dos valores intercalares em base IAS/IFRS.

### **3. Informação intercalar de 2005**

§27. A recomendação deve ser lida no contexto da legislação nacional e europeia aplicáveis e das práticas de mercado. Desta forma, quando é feita referência ao relato intercalar (semestral e trimestral), é-o apenas na medida em que esse relato é exigido pela legislação aplicável ou práticas de mercado, e na forma definida por tal regulação, ou prestada voluntariamente pelo emitente.

---

<sup>10</sup> Incluído no folheto do Guia de Aplicação do IFRS1.

<sup>11</sup> Sobre este aspecto, é importante mencionar que em Novembro de 2003, a Comissão Europeia publicou uma série de comentários relativos a certos artigos do Regulamento do Parlamento e do Conselho nº 1606/2002. No último parágrafo do Comentário 2.1.5, a Comissão Europeia indicou que: *“os utilizadores das IAS devem, adicionalmente, consultar cada IAS e suas Interpretações para se assegurarem de todos os Apêndices e Guias de Aplicação são tidos em conta adequadamente na determinação de uma aplicação apropriada das IAS.”*



§28. De modo a reduzir o risco de que os investidores sejam induzidos em erro por informação intercalar que seja posteriormente tornada menos relevante e/ou menos comparável, o CESR entende que é vital que os agentes de mercado recebam durante 2005 informação financeira que seja consistente em termos contabilísticos com a informação baseada em IAS/IFRS, que receberão relativa ao ano completo com conclusão em ou após 31 de Dezembro de 2005.

§29. Em consequência, recomenda-se que a partir de 1 de Janeiro de 2005, qualquer informação financeira intercalar publicada seja preparada nos termos de IAS/IFRS aprovadas, da seguinte forma:

### **3.1. Informação financeira semestral e (quando aplicável) informação financeira trimestral para o ano de 2005**

§30. Caso seja exigido ao emitente, ou caso este opte por apresentar informação financeira semestral e trimestral, é preferível que essa informação seja preparada nos termos da estrutura conceptual aplicável no final desse ano, ou seja a estrutura conceptual IAS/IFRS. Nesta abordagem, o emitente terá a possibilidade de adoptar um dos seguintes métodos alternativos para a apresentação da informação intercalar:

- Cumprimento integral dos requisitos da IAS34<sup>12</sup>,
- Ou apresentação de informação financeira intercalar tal como exigido pelas normas de relato nacionais e preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração aplicáveis no final desse ano.

### **3.2. Informação comparativa apresentada para o período homólogo**

§31. Tanto para a informação financeira semestral como para a trimestral em 2005, seja a IAS34 aplicada ou não, os montantes do período homólogo do ano anterior serão preferencialmente divulgados da seguinte forma:

§32. Quando os emitentes decidem adoptar os princípios de reconhecimento e mensuração das IAS/IFRS para o relato intercalar em 2005, a melhor prática passa pela prestação de números comparativos para o mesmo período em 2004 utilizando políticas contabilísticas idênticas às aplicáveis no final de 2005 (se permitido pelas próprias normas contabilísticas). Acredita-se que a re-expressão (*restatement* no original) dos números do mesmo período do ano anterior, na mesma base do ano

---

<sup>12</sup> É assente que a IAS34, "Relato Financeiro Intercalar", é uma norma opcional. Caso seja aplicada, a sociedade deve publicar, ou um conjunto integral de demonstrações financeiras (como demonstrações financeiras anuais completas) ou demonstrações financeiras condensadas nos termos do disposto nos parágrafos 9 e 10 da IAS34.

actual, assegura a necessária comparabilidade de números apresentados no relato intercalar de 2005.

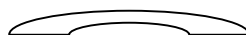
§33. De modo a facilitar uma compreensão constante da comunicação financeira dos emitentes, a informação publicada para o período intercalar anterior (em base GAAP anterior) pode ser prestada de novo. Esta informação pode ser exibida em colunas separadas nas demonstrações financeiras<sup>13</sup> ou prestada em páginas separadas (ver adiante no parágrafo 36).

§34. Quando a informação financeira seja re-expressa, deve ser divulgada uma explicação detalhada das re-expressões da informação publicada anteriormente nas notas das demonstrações financeiras intercalares. Esta informação pode conter os elementos descritos acima para as demonstrações financeiras de 2004. Se esta informação foi já publicada anteriormente, deve ser indicada a sua referência para consulta.

§35. Se o normativo nacional exigir que um emitente publique informação financeira em três períodos consecutivos (ou seja, de 2003 a 2005), o CESR considera aceitável não exigir a re-expressão para IAS/IFRS do primeiro período apresentado; em seu lugar, é aceitável que a informação publicada previamente para 2003 seja prestada “tal qual” e por esse motivo directamente comparável com o período intermédio (2004) apresentado nas duas bases de normas contabilísticas e utilizado como “ponte” entre 2003 e 2005.

§36. Se os emitentes forem obrigados ou optarem por apresentar de novo a informação financeira intercalar anteriormente publicada, preparada na base do GAAP anterior, podem optar pela sua apresentação nas demonstrações financeiras mediante a abordagem da “ponte” quando os formatos “velho” e “novo” das contas sejam suficientemente comparáveis ou, se não for o caso, apresentar as demonstrações financeiras preparadas na base do GAAP anterior em páginas separadas.

§37. Formato indicativo para a exibição da informação nas demonstrações financeiras:



Rubricas das demonstrações financeiras	Primeiro trimestre 2005 em base IFRS	Primeiro trimestre 2004 em base IFRS (re-expresso)	Primeiro trimestre 2004 em base GAAP anterior (tal como publicado)	Primeiro trimestre 2003 em base GAAP anterior (tal como publicado)
--	--------------------------------------	--	--	--

<sup>13</sup> Desde que sejam claramente identificadas como não tendo sido preparadas em base IAS/IFRS.

#### 4. Demonstrações financeiras anuais de 2005

§38. A IFRS1 exige que os números comparativos para o(s) período(s) anterior(es) sejam preparados em base IFRS e não proíbe a re-apresentação de informação anteriormente publicada. Quando essa informação é considerada útil, a informação anteriormente publicada para 2004<sup>14</sup> pode ser re-apresentada de novo.

§39. Se o normativo nacional exigir que um emitente publique informação financeira em três períodos consecutivos (ou seja, de 2003 a 2005), a IFRS1 (parágrafo 36) exige que pelo menos um ano de informação comparativa em base IFRS seja incluída (pelo menos 2004). O CESR considera aceitável não exigir a re-expressão do primeiro período apresentado em conformidade com as IFRS aprovadas; em seu lugar, é aceitável que a informação publicada previamente para 2003 seja prestada “tal qual” e por esse motivo directamente comparável com o período intermédio (2004) apresentado nas duas bases de normas contabilísticas e utilizado como “ponte” entre 2003 e 2005.

§40. Se os emitentes forem obrigados ou optarem por apresentar de novo a informação financeira anual anteriormente publicada, preparada na base do GAAP anterior, podem optar pela sua apresentação nas demonstrações financeiras mediante a abordagem da “ponte” quando os formatos “velho” e “novo” das contas sejam suficientemente comparáveis ou, se não for o caso, apresentar as demonstrações financeiras preparadas na base do GAAP anterior em páginas separadas.

§41. Formato indicativo para a exibição da informação nas demonstrações financeiras:



Rubricas das demonstrações financeiras	Ano 2005 em base IFRS	Ano 2004 em base IFRS (re-expresso)	Ano 2004 em base GAAP anterior (tal como publicado)	Ano 2003 em base GAAP anterior (tal como publicado)
--	-----------------------	-------------------------------------	---	---

<sup>14</sup> Ou seja, informação publicada em base GAAP anterior.